

Breve apontamento sobre a proposta que pretende a revogação do regime das incapacidades civis e o recém criado programa Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)

Encontra-se atualmente em discussão, na sociedade civil, um “*estudo de política legislativa*”¹ do regime das incapacidade civis acompanhado de um anteprojeto legislativo que introduz o regime do “*maior acompanhado*”, elaborado “*pelos civilistas decanos das Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e Coimbra*”.

Com efeito, há muito que se anseia pela revogação do atual regime da interdição e da inabilitação que se mantem em contramão com os princípios enformadores da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência² e com a visão, social e jurídica, das pessoas com deficiência como cidadãos plenos que exercem e gozam plenamente os seus direitos civis, políticos, económicos, culturais e sociais.

E, na verdade, este anteprojeto legislativo vem cortar com a ideia de que a pessoa com deficiência é uma pessoa incapaz, uma pessoa que necessita de proteção em todas as áreas da via e cuja vontade deve ser substituída pela de um representante legal.

Assim, é proposto um regime que consagra uma mudança de paradigmas na conceção, na natureza e nas finalidades do regime jurídico de apoio dos adultos, exigindo que qualquer restrição à capacidade civil seja adequada, necessária e proporcional e tenha como finalidade “*a primazia da autonomia da pessoa, cuja vontade deve ser respeitada e aproveitada até ao limite do possível; a subsidiariedade de quaisquer limitações judiciais à sua capacidade, só admissíveis quando o problema não possa ser ultrapassado com recurso aos deveres de proteção e de acompanhamento comuns, próprios de qualquer situação familiar; a flexibilização da interdição/inabilitação, dentro da ideia de singularidade da situação; a manutenção de um controlo jurisdicional eficaz sobre qualquer constrangimento imposto ao visado; o primado dos seus interesses pessoais e patrimoniais; a agilização dos procedimentos, no respeito pelos pontos anteriores; a intervenção do Ministério Público em defesa e, quando necessário, em representação do visado*”³.

¹Consultável em http://www.smmp.pt/wp-content/uploads/Estudo_Menezes-CordeiroPinto-MonteiroMTS.pdf.

² Cujo objetivo, definido o art.º 1.º, é “*promover, proteger e garantir o desfrute pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito da sua dignidade inerente*”.

³ Exposição de motivos do anteprojeto.

Não é, pois, de admirar que este projeto opte por um modelo de acompanhamento do maior – em detrimento do atual modelo de substituição da vontade do maior pela do curador ou do tutor – e que, nomeadamente:

- expurgue do ordenamento jurídico expressões discriminatórias como incapaz, incapacidade, interdição e inabilitação e interrogatório, entre outras⁴;

- limite a publicidade do processo de acompanhamento (art.º 153.º, do CC e art.º 894.º, do CPC) – alterando um regime claramente estigmatizante;

- admita disposições de vontade anteriores à condição que conduziu ao acompanhamento (art.º 156.º, do CC);

- consagre a natureza urgente e de jurisdição voluntária ao processo de acompanhamento (art.º 891.º, do CPC);

- obrigue sempre à audição do maior acompanhado (art.º 897.º, n.º2, do CPC)⁵;

- consagre a legitimidade ativa do maior acompanhado (art.º 141.º, n.º1, do CC) – dá-se conteúdo ao princípio da autonomia e da autodeterminação;

- consagre o direito de o maior acompanhado indicar quem exerce as funções de acompanhante (art.º 143.º, n.º1, do CC);

- imponha a revisão obrigatória da decisão judicial (art.º 155.º, do CC);

- indique quem pode exercer as funções de acompanhante quando o adulto protegido não possui nem familiares, nem amigos ou conhecidos disponíveis e em condições de assumirem essas funções (art.º 143.º, n.º2, al. g) e h), do CC);

- revogue as presunções de inabilidade do ordenamento jurídico (para casar, para perflhar, para adotar, para exercer as responsabilidades parentais, para testar, para ser testamenteiro, para administrar o bens dos filhos, para votar, para ser tutor, curador ou vogal do conselho de família ou administrador);

- revogue a incapacidade genérica para depor consagrada no art.º 131.º, n.º 1, do CPP, e no art.º 616.º, n.º 1, do CPP, e proceda a uma revisão transversal⁶ do ordenamento jurídico no que se considerou “*mais emblemático ou sensível*”⁷.

⁴A terminologia é, em regra, o reflexo das diferentes concepções na condição das pessoas. Ora, a adopção de uma linguagem jurídica não excludente e não discriminatória contribuirá para fortalecer a autoconfiança das pessoas com deficiência e a aceitação da diversidade humana pelas restantes.

⁵A Recomendação n.º R (99) 4 determina, no Princípio 9, o respeito pela vontade e desejos da pessoa com deficiência. Na medida das suas capacidades mentais, a pessoa protegida deve ser ouvida sobre quem deve exercer as diferentes funções e sobre os actos sobre os quais reconhece necessitar de acompanhamento.

⁶Respondendo ao repto do Comité da ONU, que na Observações finais, de 18/4/2016, sobre a informação inicial de Portugal, observava “*que el Estado parte todavía no ha llevado a cabo una completa revisión*”

Antecedendo já o novo regime do Código Civil, o DL n.º 129/2017, de 9/10⁸, veio instituir o programa Modelo de Apoio à vida Independente (MAVI)⁹, cuja implementação caberá aos denominados Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI¹⁰) através de um assistente pessoal¹¹ que apoia a pessoa dependente na realização das atividades elencadas no art.º 6.º¹², mediante um plano individualizado.

A referida mudança de padrões na abordagem da deficiência reflete-se, desde logo, nos princípios orientadores do desenvolvimento do MAVI¹³, entre outros no princípio da autodeterminação, da individualização no planeamento do apoio, da inclusão na comunidade, da cidadania que exige que a pessoa apoiada usufrua das condições necessárias para aceder a todos os contextos de vida, da participação da pessoa apoiada na sociedade e da igualdade de oportunidades.

De momento, porém, o MAVI encontra-se disponibilizado para um limite máximo de 40h por semana (pode ir até às 24h diárias mas muito excecionalmente – v.g. art.º 9.º) e destina-se apenas a pessoas com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, com deficiência intelectual, com doença mental e com Perturbação do Espectro do Autismo, desde que com idade igual ou superior a 16 anos, assim como aos “*maiores declarados interditos*” (v.g. art.º 10.º).

transversal de su legislación con el fin de armonizarla con la Convención, y que prevalecen en el Estado parte leyes, reglamentos, costumbres y prácticas existentes que constituyen discriminación contra las personas con discapacidad. 10. El Comité recomienda al Estado parte que lleve a cabo una completa revisión transversal de su legislación y sus políticas a fin de armonizarlas con el ámbito de la discapacidad tal como se expresa en el artículo 1 de la Convención a fin de garantizar la protección contra todo tipo de discriminación por motivo de discapacidad y que haga participar activamente en este proceso a organizaciones que representen a las personas con discapacidad y a instituciones independientes de derechos humanos”.

⁷ Exposição de motivos do anteprojeto.

⁸ Aliás, o preâmbulo deste diploma afirma que “*as menções feitas aos maiores declarados interditos não prejudicam a revisão legislativa em curso, que substituirá as figuras da interdição e inabilitação por um único regime: o do maior acompanhado*”.

⁹ A Portaria 342/2017, de 9/11, estabeleceu os critérios, limites e rácios necessários à execução do DL 129/2017.

¹⁰ Estas entidades têm o estatuto de IPSS, são reconhecidas pelo INI, IP, e têm o seu regime, missão, organização e funcionamento regulados nos art.º 20.º a 37.º, do DL 129/2017.

¹¹ Quanto aos direitos e deveres do assistente pessoal, processo de recrutamento e seleção, regime laboral, etc., v.g. art.º 12.º a 19.º, do DL 129/2017.

¹² “*a) Atividades de apoio nos domínios da higiene, alimentação, manutenção da saúde e de cuidados pessoais; b) Atividades de apoio em assistência doméstica; c) Atividades de apoio em deslocações; d) Atividades de mediação da comunicação; e) Atividades de apoio em contexto laboral; f) Atividades de apoio à frequência de formação profissional; g) Atividades de apoio à frequência de ensino superior e de investigação; h) Atividades de apoio em cultura, lazer e desporto; i) Atividades de apoio na procura ativa de emprego; j) Atividades de apoio à criação e desenvolvimento de redes sociais de apoio; k) Atividades de apoio à participação e cidadania; l) Atividades de apoio à tomada de decisão, incluindo a recolha e interpretação de informação necessária à mesma*”.

¹³ Consagrados no art.º 4.º, sob a designação “*princípios fundamentais*”.

Por último, de aplaudir a consagração expressa dos direitos da pessoa apoiada (art.º 11.º), designadamente da proteção da sua dignidade, do seu conforto, bem-estar e segurança, da garantia da confidencialidade dos elementos do seu processo, do direito de acesso a este mesmo processo, do direito a um plano individual de assistência, de fazer cessar este ou de o alterar e de participar no processo de seleção da pessoa que a irá assistir.

Em suma, verifica-se um esforço para que, em paralelo, se consagre na lei e se assegure de facto a cidadania plena das pessoas com deficiência.

Loures, 4 de janeiro de 2018

Alexandra Chícharo das Neves